



Jornalar clínico-político: contágios coletivos da experiência em um CAPS

Clinical-political newspapering: collective contagions of the experience in a CAPS

Periodicalizar clínico-político: contagios colectivos de la experiencia em un CAPS

Moisés José de Melo Alves

Luis Artur Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

Relato da experiência de construção de um Jornal em um CAPS como dispositivo clínico-político para o compartilhamento de experiências, análise de implicação, promoção de protagonismo e autonomia. A invenção do Jornal se deu a partir de uma oficina terapêutica conduzida por Residentes que se inseriram no serviço. Em conjunto com es usuáries foram produzidas coberturas, reportagens e matérias como tarefa grupal à comunar o cuidado em liberdade, primando pela autonomia (em sua multiplicação de alianças) e protagonismo como estratégia de cuidado. Diferentes políticas narrativas se agenciaram na construção do jornal como dispositivo clínico-político no/do CAPS, de modo que esse relato foca na metodologia de composição ficcional, de maneira coletiva, de uma personagem/Editora que se tornou dobra do grupo. Esse relato revisita as experimentações da Oficina de Jornal a fim de partilhar uma ferramenta de trabalho com grupalidades nas linhas da Filosofia da Diferença.

Palavras-chave: Luta Antimanicomial; Relato da Experiência; Clínica Política; Psicologia Social; Filosofia da Diferença.

Abstract

Report of the experience of building a Journal in a CAPS as a clinical-political device for the sharing of experiences, analysis of implications, promotion of protagonism and autonomy. The invention of the Journal took place from a therapeutic workshop conducted by Residents who entered the service, when together with the users, coverage, reports and articles were produced as a group task to share care in freedom, prioritizing the autonomy (in its multiplication of alliances) and protagonism as a care strategy. Different narrative policies acted in the construction of the newspaper as a clinical-political device in/of the CAPS, so that this report focuses on the methodology of fictional composition, collectively, of a character/Publisher who became the group's fold. This report revisits the experiments of Workshop of Newspaper in order to share a tool for working with groups along the lines of the Philosophy of Difference.

Keywords: Anti-Asylum Fight; Report of the experience; Political Clinic; Social Psychology; Philosophy of Difference.

Resumen

Informe de experiencia de la construcción de Periódico en un CAPS como dispositivo clínico-político para el intercambio de experiencias, análisis de implicaciones, promoción del protagonismo y autonomía. El Periódico tuvo lugar a partir de un taller terapéutico realizado por los Residentes que ingresaron al servicio, cuando junto a los usuarios se produjeron coberturas, reportajes y artículos como una tarea grupal para compartir el cuidado en libertad, priorizando la autonomía (en su multiplicación de alianzas) y el protagonismo como estrategia asistencial. Diferentes políticas narrativas actuaron sobre la construcción del periódico como dispositivo clínico-político en / del CAPS, por lo que este informe se centra en la metodología de composición ficcional colectiva de un personaje / Editor que se convirtió en el pliegue del grupo. Este informe revisa los experimentos del Taller de Periódico para compartir una herramienta de trabajo con grupos en las líneas de la Filosofía de la Diferencia.

Palabras clave: Lucha anti-asilo; Informe de experiencia; Clínica Política; Psicología Social; Filosofía de la diferencia.

Introdução

Este relato de experiência é fruto das memórias de uma oficina terapêutica realizada com usuáries de saúde mental de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) localizado em uma capital brasileira. Os CAPS são um dos serviços substitutivos de maior potência no que se refere a construção de saúde junto aos transtornos mentais severos e persistentes, primando pelo cuidado em liberdade. Nessa perspectiva, a oficina produziu um jornal colaborativo que comunou singularidades em um agenciamento promotor de autonomia (pela multiplicação de dependências) e protagonismo das experiências compartilhadas ao longo de um semestre.

O espaço foi conduzido por Residentes de Saúde Mental Coletiva em conjunto com es usuáries que desejaram a oficina. A equipe de Residentes geralmente é convidada propor atividades ao serviço, desse modo, foi criada uma proposta de intervenção que pudesse estar alinhada às forças desejantes do local. Assim, a partir da inserção no serviço, foi notado que o jornalismo era uma das formas de linguagem de maior circulação no cotidiano daquele CAPS, especialmente durante as assembleias e os telejornais transmitidos na sala da atenção diária. Percebendo que já havia neste espaço a produção de um território de encontros e compartilhamentos de experiências, a oficina foi gestada no sentido de potencializar esse meio de expressão. Desta feita, o jornalismo, que

muitas vezes apenas reitera estigmas e aliena seus leitores do processo narrativo ao posicioná-los apenas como consumidores, foi transversalizado pela adoção de outra política narrativa em uma estratégia de cuidado coletivo clínico-político-terapêutico.

Compreende-se aqui que o processo de compartilhamento tanto do ato de escrita quanto dos textos elaborados constituiu um potente dispositivo clínico-político (Mizoguchi; Costa; Madeira, 2007; Costa, 2020). Este relato apresentará elementos teórico-prático-metodológicos de uma experimentação alicerçada na Filosofia da Diferença para o trabalho com grupos pela/na escrita. Diferentes políticas narrativas se agenciaram na construção do jornal como dispositivo clínico-político no/do CAPS: a ficção, por exemplo, foi utilizada de forma coletiva, na composição de um biografema colaborativo (Costa, 2010) de uma personagem/Editora que se tornou dobra¹ do grupo. Nessa perspectiva, esse relato revisita as experimentações da Oficina de Jornal a fim de partilhar essa

ferramenta de trabalho com grupalidades nas linhas da diferença.

Inventando Grupalidades

Nikolas Rose (2011), usa a questão da invenção dos saberes psi (psiquiatria, psicologia, psicanálise) como fruto da necessidade dos Estados-Nação se consolidarem a partir de um viés científico (pretensamente apolítico). Segundo o autor, as estratégias de governamentalidade desse período (século XVIII) precisavam dessa legitimação acadêmica, uma vez que o sujeito de direitos não poderia ser governado somente pela religião. As práticas religiosas, seguiam operando, no entanto, como remetiam ao período monárquico, não poderiam continuar pautando a racionalidade de governo. Nesse sentido, as práticas de saber e de poder traduziram as práticas de governo das almas e dos povos em uma gigantesca rede de análises comportamentais e estatísticas que passaram a definir as novas práticas de governo das condutas e da população. Este aparato técnico e político que inventa a

qual se produzem determinados territórios existenciais em uma formação histórica específica”. (Silva, 2004. p. 239). Dessa forma, propomos a sua utilização a fim de compreender a produção do campo grupal como a dobradura heterogênea e comum de um território atravessado por inúmeras linhas de subjetivação, de modo que a personagem criada no/pelo grupo nos ajuda a visibilizar e problematizá-las ao modo de um analisador.

¹ Esse é um importante conceito de Gilles Deleuze que parte de sua leitura das Mônadas de Leibniz, abrindo-as em dobras interligadas que invaginam linhas rizoma em movimentos autopoieticos de produção de si. Aqui, é utilizado para pensar os territórios existenciais, através da compreensão latino-americana. Nesse sentido, citando Rosane Neves: “A dobra constitui, desse modo, tanto uma subjetividade como território existencial, quanto a subjetivação, entendida aqui como o processo pelo

psicologia (e outras ciências) possui a forte presença do plano moral na definição dos padrões de normalidade em saúde mental, posto que estes são delimitados a partir da “vida no silêncio das autoridades” (Rose, 2008, p. 157), ou seja, da anulação das diferenças, da não produção de desvios, deslocamentos, conflitos, etc. com os padrões societários vigentes resguardados pelas autoridades em sua função de reprodução societária.

O “modelo” para o esquadro desta “sociedade livre” foi criado a imagem e semelhança dos seus criadores: homens brancos europeus de posses, cisgêneros. Colocando-os no centro do universal, tudo que deles se afasta, foi, assim, considerado anormal, perigoso, primitivo, regressivo, desestruturado, degradado ou indesejável: racismo, machismo, lgbttqia+fobia, capacitismo, xenofobia, etc., são suas lógicas estruturantes e duram, perduram e violentam até os dias de hoje. Estratégias de governo europeias territorializadas no Brasil em um processo de colonização do pensamento, do sentimento, do inconsciente (Rolnik, 2018). As práticas do capital se utilizam de diversos regimes discursivos a fim de decalcar uma única imagem de ser humano, valorando-a em detrimento das demais, em um processo de constituição do “inconsciente colonial capitalístico” (p. 36) que homogeniza as

formas de se relacionar com a mundo a partir de uma métrica colonial, branca, cisheteronormativa e patriarcal, valorada em termos de cifras do capital. Soma-se a tal processo colonizador a lógica de negação deste mesmo processo, a apagar constantemente a presença desta máquina moderno-colonial de produção de desigualdades de modo a elevar à enésima potência a individualização das problemáticas sociais em termos de culpa e/ou méritos pessoais: as ciências do comportamento e da psiquê tiveram especial protagonismo nesta operação de naturalização das violências sociais por meio de individualizações dos conflitos.

Do início do século XX até que a psicologia pudesse entrar no campo da saúde pública na década de 1960, como citam Medeiros, Bernardes e Guareschi (2005), as psicotécnicas objetivavam “o nivelamento dos sujeitos em relação a critérios de normalidade que se aproximam da definição do conceito de saúde como ausência de doenças” (p. 267). As práticas em saúde nesse período eram praticamente determinadas pelo que Campos (2002) se refere como a “Clínica clínica”, aquela ação de saúde compartimentalizada e essencialmente composta pelos saberes biomédicos especializados.

Nas décadas seguintes, em meio ao combate à ditadura, uma gama de

movimentos sociais se organizou para promover uma reforma sanitária que transformasse a noção de coletivo implícita e explícita nas formas como as políticas públicas de saúde se organizavam (Guimarães, 2015): afirmar a horizontalização e singularização das hierarquias entre práticas e saberes na promoção de uma noção de saúde menos geral e autoritária. Nesse sentido é que Medeiros; Bernardes; Guareschi (2005) afirmam que “As proposições do SUS apontam para a saúde como direito do cidadão e dever do Estado; saúde como questão integral [...] como uma questão coletiva [...] saúde a partir de dados epidemiológicos construídos com a população, e não mais baseada em dados mercadológicos” (p. 269). Dessa forma, com a consolidação das reformas sanitária e psiquiátrica, respectivamente, no final das décadas de 1980 e 1990, o trabalho em saúde pública no qual se apostou pelos movimentos reformadores era o que tinha a horizontalização como meta: controle social, participação, integração com o território, autonomia, etc., passaram a ser valores políticos moduladores das práticas em saúde.

A problemática da hierarquização e dos reducionismos na direção de uma política narrativa moderno-colonial que assimila singularidades a uma plataforma

formalizante-homogeneizante pelos saberes e práticas jurídico-científicas é um risco que sempre corremos ao nos aproximarmos dos modos de existência que fazem questão aos esquadros da colonialidade capitalística. Pelbart (1991), nos traz a questão dos riscos de uma máquina moderno-colonial capitalística alimentar-se da vitalidade presente nas linhas de fuga que escapam aos esquadros instituídos: constituir um lugar de reconhecimento de direitos diante de condicionalidades voltadas ao objetivo de “torná-los inofensivos, escravizando o seu potencial de desterritorialização [...] esse potencial secreto e admirável de embaralhar os códigos, subverter as regras do jogo e transpor ou deslocar os limites, sempre de um outro modo” (p. 132). Isso nos recorda um cuidado importante nessa nova tentativa de se fazer saúde pela reforma psiquiátrica: questão pela qual as redes de atenção serão constantemente testadas. Dessa maneira, o autor já fazia essa provocação na década de 1990, se lutamos tanto pela democracia, e por uma nova lógica de cuidado, como evitar que continuemos utilizando o nosso saber para produzir clausuras? Uma possibilidade é compreendermos que a construção de um comum envolve processos de deslocamentos das nossas

formas de vivermos juntas², assim, por exemplo, no âmbito da reforma psiquiátrica, implica um processo de transformação das nossas territorialidades profissionais e comunitárias, deslocando e reinventando serviços e cidades.

Barros (2013), parte deste nó problemático para pensar as grupalidades como um dispositivo para provocar deslocamentos em nossos regimes do fazer, pensar, sentir, falar. A autora realizou a sua graduação no período ditatorial, de modo que as reuniões eram proibidas pelos atos institucionais. Assim, afirma que a pedagogia e psicologia se ocupavam, cada vez mais, de práticas individuais e individualizantes. Essa tese reforça a necessidade de pensar o trabalho da clínica com dispositivos que tensionem o modo-indivíduo e nossas formas de (con)viver no mundo: a reforma psiquiátrica deve sempre ultrapassar as fronteiras da saúde, saúde mental, assistência, etc. Essa forma de compreensão do sujeito como uma identidade-estigma rígida e geral, enseja a captura das diferenças pelo capital em um processo individualizante que nega-apaga a trama de condições de possibilidade sócio-

políticas, de forma que as dicotomias facilmente assumam o protagonismo: individual/coletivo, interior/exterior, normal/patológico, política/desejo, indivíduo/sociedade, sucesso/fracasso.

No entanto, o trabalho com grupos por si só não garante o deslocamento dos nossos modos de trabalharmos e vivermos juntas. A grande maioria das abordagens grupais se utilizam do modo-indivíduo como modelo de inteligibilização dos processos grupais (mente grupal, a vontade/desejo do grupo, o porta-voz do grupo, etc.) e como conceito universalizante dos sujeitos que constituem o grupo, quando facilmente o campo grupal passa a ser concebido como um ente totalizado (fechado em si mesmo ao modo individualizado), ou ainda, tais concepções recaem na dualidade de separação grupo/indivíduo (líderes, papéis individuais no grupo, etc.). Dizendo de outra forma, ao conceber o sujeito a partir de uma noção representacional fixa, total e homogênea, o grupo também é inteligibilizado-percebido como uma entidade universal, de modo que se conforma a partir da lógica do terceiro excluído: uma visão que busca a

² Pensando na criação de políticas do comum e como melhor viver em comunidade, fizemos uma opção política de escrevê-lo em linguagem neutra. Como cita Grada Kilomba (2019), a linguagem é uma das formas coloniais de dominação e domesticação dos corpos que mais se fez/faz presente nas violações. Dessa forma, compreendendo que as violências de

gênero são encontradas nas línguas que utilizam o masculino como a gramática oficial, apostamos nesse espaço clínico-político de disputa e escolhemos escrever esse relato de experiência dessa maneira.

estabilidade, a simplicidade e o equilíbrio, de forma a invisibilizar a multiplicidade que se dá no encontro do grupo (Barros, 2013).

Para sair dessa cilada, tanto no sentido de romper com a imposição de dicotomias nos sujeitos integrantes do grupo, como da grupalidade totalizada em si mesma, a autora propõe que sujeitos, grupos, coletivos, etc., devem ser entendidos como tramas de processos de subjetivação, isto é, sempre como coletivos singulares, heterogêneos, complexos e em devir. Temos, assim, a limitação de um corpo múltiplo: corpo-nuvem, corpo-cardume, corpo-enxame, corpo-murmúrio, etc., constituído pelas mais diversas linhas de subjetivação e devires, assim como pelos marcadores sociais das diferenças e suas fronteiras tensionadas pelas múltiplas intersecções: raça, gênero, classe, sexualidade, etc. Para tentar manter tal olhar complexo e singular no trabalho com o campo grupal, se faz impreterível estar atento a algumas advertências: “Três direções norteiam a intervenção em grupos: a problematização, a desindividualização e a experimentação”. (Barros, 2013, p. 321). É dessa maneira que ela sugere um grupo concebido a partir do paradigma ético-estético-político, na lógica do terceiro incluído, com esses três conceitos/linhas que possuem cada qual as suas inúmeras

ramificações possíveis. Aliado a essa compreensão do sujeito como uma multiplicidade e do campo grupal como dispositivo potencializador destas singularizações, o grupo do jornal foi inventado tomando essas três direções para deslocar não apenas seus participantes, mas o próprio CAPS, as concepções de saúde mental e nossas formas de (con)viver.

Comunar, Autonomia e Protagonismo

Alicerçados por esses aportes teóricos, foi possível desenvolver o projeto da oficina. Assim, nos primeiros encontros, se apostou na composição de um território comum no interior do grupo, onde as fronteiras entre residentes e usuáries pudessem ser tensionadas: quem participou do grupo se tornou jornalista de primeira viagem, possibilitando brechas nas hierarquias estabelecidas pelos lugares de suposto saber constituídos pelas posicionalidades técnico-profissionais. Um vasto campo de experimentação no não saber se abriu. A transversalidade, desta feita, operou coletividade: “um coeficiente de abertura para experiências singulares, tendo em vista uma aprendizagem coletiva e a construção de um conhecimento comum.” (Kastrup & Passos, 2013, p. 269). O comunitário se fez pela invenção de um espaço de cuidado transdisciplinar através

da abertura ao fazer jornalístico que deslocou, parcialmente, papéis cristalizados naquele espaço. Assim, a noção de comum não foi tomada como homogeneização identitária, no que lhes seria “familiar”, mas sim seu exato oposto: a comunidade se deu naquilo que lhes era estranho, que difere, em um plano comum composto por cada um dos diferentes processos singulares em um ato político de comunar um bem comum. Foi no exercício prático da experimentação que se deram os encontros.

O jornal não era uma tarefa de trabalho colocada para aquele conjunto de pessoas, mais do que isso, o jornal se fez dispositivo e enlaçou as linhas do estabelecimento, das mídias, das disciplinas científicas, das políticas públicas e da sociedade em um exercício de desnaturar territórios instituídos para sonhar outras terras naquele mesmo espaço. Nesse sentido, foi buscado transfigurar esse meio de comunicação ao convidá-lo a participar dos planos terapêuticos singulares, a fim de criar uma estratégia que pudesse ser disparadora de inquietações que posteriormente se tornaram matéria, seja ela jornalística ou, no que aqui se buscou compor: matéria de cuidado. Assim, o jornal se tornou território para revirar as memórias do CAPS, suas experiências mais diversas, em uma análise de implicação na

qual usuário também se fazia analista dos campos profissionais.

Além da política do comum, o projeto da oficina foi construído objetivando trabalhar com dois dos mais caros conceitos ao processo de reabilitação psicossocial: autonomia e protagonismo. O primeiro deles foi tomado a partir de Tykanori (2010), quando ele é pensado fazendo uma diferenciação de sua concepção senso comum, visto que autonomia é facilmente confundida com independência absoluta. Para o autor, somos mais autônomos quanto maior a nossa capacidade de fazer alianças, ou seja, dependermos do maior número de relações possíveis. O cuidado em liberdade se insere nesse horizonte, mirando a possibilidade de potencializar as alianças, posto que as instituições totais primam exatamente pelo contrário. O processo de reinserção social, visa reparar três dimensões que são retiradas do sujeito quando se é colado o estigma de doente mental: “[...] trocas de bens, de mensagens, de afetos” (p. 55). Apartado do regime de trocas, essa capacidade de contratualização praticamente inexistente.

O aniquilamento dos sujeitos pela prisão manicomial, e seus psicotrópicos, fez com que as possibilidades de vida se restringissem quase que exclusivamente ao

caminhar pesado e enclausurado do haldol³. Nesse sentido, pensar protagonismo e autonomia se faz extremamente necessário para não incorrerem no erro dos não tão incomuns manicômios, a reprodução da lógica manicomial no interior dos dispositivos da RAPS. Na esteira desse pensamento, a função comunicação precisa ser problematizada extensivamente para que os processos de tutela para além dos muros manicomiais não voltem a ter força, de maneira que a função escuta passa a ser imprescindível às práticas de liberdade. Assim, a promoção de um espaço de compartilhamento e expressão, como o Jornal, faz-se uma importante ferramenta na promoção desta escuta colaborativa entre usuáries, profissionais e comunidade.

No entanto, não basta garantir um meio expressivo para possibilitar a escuta. As reflexões do feminismo negro nos demonstram há muito tempo as muitas possibilidades de calar a voz de quem fala por meio da objetificação, exotificação, estigmatização de quem fala (Gonzalez, 2020a; Kilomba, 2019). Apagamento e silenciamento se fizeram/fazem também quando o sujeito que enuncia não é escutado

– ainda que este fale, o endereçamento da mensagem fica ao vazio (Kilomba, 2019). A autora trata do tema dos silenciamentos a partir de um olhar atento aos racismos cotidianos e é bastante pertinente pensar a instituição dos manicômios no Brasil a partir de uma perspectiva antirracista, uma vez que, por um lado, se trata de uma lógica produtora de estigma e outridade (Kilomba, 2019) e, por outro lado, estas instituições totais foram um dos espaços de aprisionamento pós-alforria da população que havia sido escravizada (Passos, 2018), denotando mais uma das faces da política de genocídio da população negra. A branquitude (Bento, 2014) das elites brasileiras e as ações de branqueamento da sociedade fazem com que o sujeito negro seja usualmente falado (e não escutado) a partir da branquitude: o sujeito do suposto saber colonizador (Gonzalez, 2020b) presente nas ciências, nas políticas públicas e em seus atores biopolíticos costumam reiterar tais práticas de modo acrítico e/ou inconsciente, objetificando e expropriando/alienando as pessoas negras e indígenas do seu próprio discurso.

³ O “Haloperidol” é um fármaco com função antipsicótica. Aqui no Brasil, é um dos mais utilizados para o tratamento de pessoas que apresentem sinais e sintomas que indiquem um comportamento relacionado com as psicoses. Ele atua diretamente no Sistema Nervoso Central buscando diminuir a quantidade de

neurotransmissores excitatórios nas fendas sinápticas – atuando principalmente como antagonista dopaminérgico. Contudo, como efeitos colaterais, opera também nos sistemas extrapiramidais, fazendo com os movimentos se tornem lentificados, especialmente a marcha, o que são os efeitos secundários desse tipo de medicação.

O pacto narcísico da branquitude (Bento, 2014) sustenta os privilégios colonizadores ao jamais olhar para si mesmo, negando sua posição como se fora uma não-posição, tomando-a como referência universal e depositando sempre no “outro” seus fantasmas (Fanon, 2008). A neurose da cultura brasileira (Gonzalez, 2020a) exotifica, objetifica e estigmatiza este “outro” para tentar anular sua evidente presença e protagonismo na construção do que somos, assim, a discursividade acadêmica adentra tal arena para ratificar o racismo de modo consciente e inconsciente. Como cita Fanon (2008), a construção da literatura psiquiátrica acerca do sujeito negro se deu a partir da projeção das fantasias brancas e daquilo que a branquitude insiste em negar que lhe pertence e a constitui: a violência extrema que costuma denominar como processo civilizatório, mas que fala de um desejo de dominação delirante em sua negação da autonomia, protagonismo e singularidade de quem é marcado como o “outro”.

Vê-se aqui a importância da agência e da escuta, a partir dos apontamentos da luta antirracista, transversalizados na luta antimanicomial, ou melhor, na luta antimanicolonial (Gomes, 2016). Essa advertência é de suma importância para pensar os espaços (que se querem em liberdade) que são ofertados como modelos

de cuidado. Desse jeito, a proposta da oficina visou se alinhar a esses pressupostos: dirimir as posições colonizantes dos sujeitos do suposto saber (Gonzalez, 2020b) ao tornarmos-nos todes jornalistas, em uma aposta de composição coletiva de cuidado, a fim de potencializar as alianças, a agência, a voz e a escuta. Nesse sentido, o jornal colaborativo se pretendeu nesse lugar de multiplicação de afetações, mensagens e por que não, de trocas de bens simbólicos quando o enfrentamento do estigma se deu mediante outro lugar: um lugar de produção (coletiva e de um plano comum).

Mergulho na Experiência

Alves (2018), em sua pesquisa de mestrado, propôs o personagem conceitual (Deleuze & Guattari, 2013): sujeito em crise. O seu trabalho visou colocar em questão as práticas de governo das condutas no contemporâneo e observou a modulação da oni-crise (Hardt, 2000) como uma das importantes linhas de vetorização da subjetividade. A crise se tornou constituinte dos sujeitos, de maneira que a todo instante somos convocados a nos colocar em movimento produtivo. Nessa perspectiva, qualquer parada para se tomar um ar é tida como estagnação, uma vez que não se está produzindo. Não à toa, se vê

multiplicar a quantidade de *coachings* com a estranha promessa de incrementar a vida somente quando se alcança a próxima meta, só que esta nunca chega por justamente ser inalcançável. Dessa forma, ao não se atingir o bem-estar do ser excepcional, nos colocamos ainda mais em crise. É como se a máquina de desterritorialização do capital (Deleuze & Guattari, 2010) estivesse coordenando e analisando os resultados individuais de cada um, ao passo que essa gigantesca planilha de *Excel* seja utilizada para comparar individualmente o sujeito com um padrão de exceção. Procedimento este tendendo ao infinito. Nesse sentido, o sistema se torna extremamente violento, uma vez que o seu jogo de dupla captura insiste em tentar não nos permitir vislumbrar saídas. Assim, a competição entre os sujeitos é cada vez mais fomentada e a fatídica coleção de insucessos recai sobre nós com a insígnia da culpabilização individual.

A partir dessa pesquisa, com a entrada do seu autor na residência, buscou-se produzir estratégias de cuidado que pudessem colocar em questão tais lógicas. Apostando, assim, na estratégia de coletivização do cuidado, a fim de se construir uma clínica que tensionasse as clausuras identitárias e o fomento às crises individualizadas. Investindo na hibridização, nesse comum grupal, o

projeto da oficina previa sete etapas para a feitura da primeira edição do jornal: Criação do Nome; Editorial; Pautas; Entrevistas; Editoração/Diagramação; Distribuição; Evento – com grande destaque ao “Editorial”. No entanto, devido a diversos percalços na clínica do trabalho vivo (Merhy, 2014), a condução do grupo iniciou com a confecção das pautas, a criação do nome e rapidamente já foi pulado para a etapa das entrevistas, pois a equipe do CAPS nos solicitou uma primeira cobertura na Festa Junina.

Na apresentação do projeto para que tivesse o aval da Equipe do CAPS, a etapa “Editorial” foi a mais questionada. Os procedimentos elencados na proposta, tinham uma sequência lógica, pois os encontros destinados ao Editorial eram a grande importância a construção da comunidade do grupo. Essa etapa nasceu com a ideia de ser criada a personagem ficcional do jornal, quem assinaria pelo grupo. Para essa seção do artigo, focaremos nesta etapa, uma vez que ela foi a principal aposta de coletivização e propiciou todo o trabalho. A etapa do Editorial foi gestada, portanto, como uma tentativa de perscrutar brechas a essa modulação da crise contemporânea que se utiliza do modo-indivíduo para se retroalimentar em uma lógica narcísico-ressentida centrada no ensimesmamento do sujeito enquanto

clausura homogeneizante de si: essa máquina de individualização capitalística das questões sociais impõe aos sujeitos um único modo de existir, o modo do mero decalque à métrica padrão, como forças que atuam na produção da crise infinita que anda para jamais sair do lugar, que muda para que nada se transforme de fato. Nossa proposta grupal tentou criar ferramentas teórico-práticas-metodológicas para deslocar tais processos de subjetivação.

A individualização a partir da identidade rígida é também uma questão colonial, uma vez que a essa métrica se dá em um inconsciente colonial capitalístico (Rolnik, 2018) organizado a partir do imaginário do homem branco europeu, cisgênero, heterossexual e sem nenhum grau de deficiência em seu corpo. Esse padrão de normalidade, além de ser branco, cisgênero, hétero, é estruturado neuroticamente, em especial, desde a constituição, pela triangulação edípica, das noções (sensíveis e inteligíveis) de controle-previsão sobre o mundo e de propriedade privada objetificadora das singularidades em posses familiares. Para tentar tensionar e deslocar tais processos de subjetivação individualizantes-colonizantes, os encontros para a criação do Editorial foram pensados no intuito de construir um corpo ficcional comum de quem participava dos encontros, expressado

e corporificado na vida e experiência de uma personagem composta colaborativamente desde as transversalizações das experiências de todes. Tais encontros se deram no sentido de criar uma carta da Editora aos Leitores do Jornal. Dessa maneira, foi composta colaborativamente a apresentação do jornal a partir da voz de uma Editora, um pseudônimo que assinaria pelo grupo como um cardume de singularidades. Nesse sentido, a carta aos leitores teve a intenção de radicalizar a composição do plano comum pelo contágio mútuo das experiências-singularidades na figura da personagem que se tornou efetivamente a dobra do grupo, assim como, foi possível trabalhar as ansiedades que poderiam ter surgido com relação a publicização das matérias – os profissionais do CAPS foram categóricos acerca dessa problemática, especialmente com relação ao trabalho com usuáries cuja estruturação tendia aos sintomas persecutórios.

Mediante uma aposta ética, estética e política, foi trabalhado com a narrativa ficcional de uma personagem biografemada (Costa, 2010). Assim, para expor a tarefa de criação da/o Editora/or ao grupo, foi elencado um único a priori metodológico: a personagem necessariamente precisaria ter sido usuária em um CAPS ao longo de sua vida. Partimos dessa prerrogativa, pois se

queria que o biografema se confundisse com as histórias próprias de quem estava a construindo na oficina. Com isso, utilizamos dois conceitos do campo da Filosofia da Diferença: o conceito de biografema (Costa, 2010) como uma forma de articular a da figura estética ao personagem conceitual e ao tipo biopsicossocial (Deleuze & Guattari, 2013).

Os atravessamentos entre três planos de produção do conhecimento envolvem a agência-constituição de três personagens: o personagem conceitual que arranja conceitos no plano de imanência da filosofia, o tipo biopsicossocial que coordena proposições e funções no plano das ciências e a figura estética que compõem percepções e afetações possíveis no plano das artes (Deleuze & Guattari, 2013). Dessa forma, a Editora Anabella Ramirez (nome escolhido pelo grupo), é fruto de um agenciamento desses três pilares conceituais em um tensionamento-deslocamento de cada um pelo outro. Quando narramos conjuntamente a história da Editora, foi possível trabalhar o que ela pensa e o que sente, quais as questões de sua vida que a levaram ao CAPS, como é possível conceituar, compor e coordenar narrativas desde esta vida e seus marcadores sociais da diferença, o que os rótulos interferiram em sua vida. Desse jeito, pela via artística da composição narrativa,

operamos com o bloco de tendências de afetações e percepções possíveis, concedendo corporeidade à personagem do grupo, quando sua construção inventa outros regimes de dizibilidade, performatibilidade e visibilidade. Isso possibilitou um exercício de problematização da posicionalidade de cada um: quais conceitos emergem desde estas vidas, quais estigmas e diagnósticos costumam coordená-las como tipos, como as experiências compõem estes existires?

O biografema (Costa, 2010) é uma metodologia de narração que deriva da narrativa ficcional, quando se volta à ficção de uma biografia. Assim, também foi criada a própria derivação ao fazê-lo de modo colaborativo, a fim de inventar a vida da Editora. Nesse sentido, foi proposta tal estratégia para que usuáries, que vez por outra são encaradas pela sociedade como meros CID's, pudessem ter um espaço singular de fala e escuta acerca de seus pensamentos, seus projetos, seus sentimentos. Ou seja, queríamos afirmar que as suas vidas também importam e que essa história minoritária precisa ser respeitada. Ao criar a Anabella nessa estratégia do comum, afirmamos que as histórias de vida des usuáries também são dignas de que se escrevam biografias.

Dos vinte encontros semanais à confecção da primeira edição do jornal,

quatro deles se debruçaram no biografema da Anabella. Essa etapa foi primordial ao grupo. Primeiro por conseguir a aprovação da equipe, mas o mais importante: a Editora propiciou a construção de todas as matérias, uma vez que com ela foi possível agenciar as linhas desejantes do grupo. Toda a parte de escrita do jornal foi em primeira pessoa, pois era a Anabella quem escrevia, ela realmente estava presente nos encontros da oficina. Assim, foi possível trabalhar as ansiedades grupais, ao passo que se conseguiu materializar o cuidado partilhando a escrita das pautas elencadas pelo grupo, as coberturas dos eventos realizados no CAPS e, o mais significativo, o protagonismo e a autonomia a partir desse dispositivo grupalidade.

- Tu não sentes medo de se contaminar com a loucura?

Esse relato, Leitores, foi escrito como um convite aos processos de resistência. A oficina produziu e distribuiu o seu primeiro número no exato mês em que a primeira pessoa foi diagnosticada com o novo coronavírus. Desde que o vírus tomou o globo, a necessidade de defesa do SUS, de cultivo daquilo que é público e que promove um cuidado coletivo, junto da necessidade de compor narrativas coletivas pelo contágio das diversas e desiguais experiências de cada um(a) nesta pandemia, nunca se fizeram tão urgentes. Nessa

perspectiva, podemos dizer que o jogo do narrar colaborativo, de tramar memórias coletivas, fez o comum do Jornalar de um CAPS.

Inspirados nos verbetes do livro “Pesquisar na Diferença” (Fonseca, Nascimento & Maraschin, 2015) propomos um novo o ‘Jornal’, na política de contágio com a loucura, em sua forma de cuidado em liberdade. Jornalar seria o ato de fazer ver e sentir, pelo contágio narrativo, outras experiências e modos de existência para além daqueles avalizados pelos modelos coloniais, permitindo a dispersão do coletivo para além do grupo e do CAPS, com potência de adentrar e contagiar uma comunidade por vir: deslocando, por um lado, a ridícula autoridade dos sujeitos do suposto saber manicolonial assim como, por outro lado, os manicômios mentais das ilhas privativas urbanas que fecham as grades às diferenças. Jornalar aliançado também com outras experimentações que buscam ou buscaram na formação de dispositivos coletivos, desde a ferramentaria das mídias independentes, uma estratégia de transformação clínico-política (Mizoguchi, Costa, Madeira, 2007; Lancetti, 2006).

O jornal nos impeliu à arena da experimentação, para fazermos as histórias contadas pelas muitas vozes da mente se tornarem matéria de cuidado e de

resistência. Foram ao todo vinte encontros de oficina para a primeira edição. Três usuárias e cinco usuários, junto de três residentes/es, fizeram parte desse comum do ‘A Voz da Mente’ – nome votado por todo o CAPS na primeira cobertura do grupo. Como podem perceber, a política do comum, ao longo do deambular do grupo, que começou pequeno, fez com que a oficina passasse a comunar o serviço como um todo, sua história e atualidade. Unidos pelas diferenças em Anabella, todes, incipientes jornalistas, desejamos que o serviço por inteiro estivesse nas tintas que imprimiram o jornal. A primeira edição da ‘A Voz da Mente’ imprimiu duas coberturas de eventos; duas matérias acerca da reforma psiquiátrica; o Editorial com fragmentos do biografema da Anabella; um texto composto colaborativamente na oficina do ateliê de escrita; uma página dedicada à publicidade solidária, quando as usuáries fizeram questão de marcar a geração de renda nos moldes da Economia Solidária como ocupação e direito à cidade.

Nessa experimentação como profissional psicólogo, o jornalismo foi utilizado para compor um lugar de cuidado, uma vez que desde a inserção essa era uma linguagem muito corriqueira no interior do serviço. Esse dispositivo, buscou inventar caminhos clínico-políticos com o que foi encontrado no cenário de prática enquanto

forças desejantes. Estar sensível a tais linhas instituintes e pulsantes por meio de processos de coletivização se faz ainda mais relevante em um momento no qual, muitas vezes, durante as atividades, foi preciso acolher as dores e delícias de se trabalhar com as políticas públicas em meio a uma agenda neoliberal de um “Estado Suicidário” (Safatle, 2020), de um “Estado Necropolítico” (Mbembe, 2018), que se evidencia com ainda mais força durante nossos anos pandêmicos.

Esse trabalho buscou sair daqueles ditos relatos jornalísticos profissionais, por mais que quem participou desejasse criar uma edição muito próxima dos ‘jornais reais’. As muitas vozes da mente fizeram do Jornalar um espaço em que comunamos implicação e resistência com todo o CAPS. Nesse sentido, também quisemos afirmar que o saber é localizado e não é neutro como diria a pesquisadora feminista Donna Haraway (2009). Nesse sentido, desejamos fazer a partilha das sujeiras do ateliê e da gráfica, abrindo as tais caixas-pretas político metodológicas que inventamos em conjunto nesse comum do Jornal. Dessa maneira, pensamos ter sido respeitosos com a experiência, nessa nossa intenção de dividir os procedimentos, na perspectiva de que essa oficina possa ser um disparador a outras invenções clínico-políticas,

especialmente com a criação de personagens como dobra do grupo.

Assim, a oficina se inseriu como uma política de comunar a resistência a partir da reafirmação de que o cuidado precisa ser em liberdade. O trabalho se deu em meio a todas as durezas de uma política de governo que quer o fim dos investimentos no que é público e tentativas de retomada de um modelo manicolonial. Desse modo, podemos dizer que a oficina, em seu caráter de clínica-política, se mostrou como uma potente política de clínica a partir das linhas da diferença. Em muito desviante da clínica biomédica: o Jornal se insere nessa tensão de como se construir cuidado com os transtornos mentais severos e persistentes, primando pela liberdade, a autonomia e o protagonismo dos sujeitos.

Uma das matérias publicadas na edição foi realizada com as profissionais que estavam em vias de se aposentar. Assim, serviu como uma espécie de homenagem/agradecimento aos tantos anos prestados, assim como, também, promoveram um movimento de auto-análise não apenas destas trabalhadoras, mas também de toda comunidade do CAPS, em um importante exercício de análise de implicação (Paulon, 2005). As perguntas da entrevista também foram todas construídas colaborativamente, e uma delas queria

saber sobre os riscos da profissão de modo que se tornou o título dessa seção de considerações. Nessa perspectiva, em um contemporâneo tão marcado pelas palavras contágio e contaminação para se falar das perdas decorrentes da pandemia, queremos terminar esse relato de experiência com um convite, Leitores, à infecção pelo vírus da resistência. ‘A Voz da Mente’ jornalou uma política de comum pelo cuidado em liberdade, uma política de contágio em defesa do SUS e da Luta Antimanicolonial.

- Tu não sentes medo de se contaminar com a loucura?

Referências

- Alves, M. J. M. (2018). *Ouvindo Vozes e Contando Histórias: Locuções do Eu na Contemporaneidade* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187608>.
- Barros, R. B. (2013). *Grupo: a Afirmação de um Simulacro* (Coleção Cartografias, 3ª ed.). Porto Alegre, Brasil: Sulina.
- Bento, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil (2014). In Carone, I. & Bento, M. A. S. (Orgs.), *Psicologia social do racismo*. (pp. 25-57). Petrópolis-RJ, Brasil: Vozes.
- Campos, G. W. (2002). *Saúde Paidéia*. São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Costa, L. B. (2010). *BIOGRAFEMA COMO ESTRATÉGIA BIOGRÁFICA*:

- escrever uma vida com Nietzsche, Deleuze, Barthes e Henry Miller* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27673/000766488.pdf?sequence=1>
- Costa, L. A. (dez, 2020). Narrar-se para se desgarrar do razoável: a ficção como dispositivo clínico-político ético-estético. *Paralelo 31*, Pelotas, ed. 15, 180-207. doi: <https://doi.org/10.15210/p31.v2i15.21006>.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2010). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. São Paulo, Brasil: Ed. 34.
- _____ (2013). *O que é a Filosofia?* São Paulo, Brasil: Ed. 34.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, Brasil: EDUFBA.
- Fonseca, T. M. G.; Nascimento, M. L.; Maraschin, C. (2015). *Pesquisar na diferença. Um abecedário*. Porto Alegre, Brasil: Sulina.
- Gomes, B. S. (2017). *Encontros Antimanicoloniais nas trilhas Desformativas* (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização – Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196363>.
- Gonzalez, L. (2020a). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 75-93). Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- _____ (2020b). Por um feminismo afro-latino-americano. In *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 139-150). Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Guimarães, C. F. (2015). *A variação do coletivo na saúde* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/130525>.
- Haraway, D. (2009). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7–41. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.
- Hardt, M. (2000). A Sociedade Mundial de Controle. In Alliez, É. (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica* (pp. 357-372). São Paulo, Brasil: Ed. 34.
- Kastrup, V. & Passos, E. (2013, ago). Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25, n. 2, 263-280. doi: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200004>.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, Brasil: Cobogó.
- Lancetti, A. (2006). *Clínica Peripatética*. São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica* (3ª ed.). São Paulo, Brasil: n-1 edições.

- Medeiros, P. F.; Bernardes, A. G.; Guareschi, N. (2005, dez). O Conceito de Saúde e suas Implicações nas Práticas Psicológicas. *Psic.: Teor. e Pesq.*, v. 21 n. 3, 263-269. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000300002>.
- Merhy, E. E. (2014). *Saúde, a cartografia do trabalho vivo* (4ª ed.). São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Mizoguchi, D. H., Costa, L. A.; Madeira, M. L. (2007, abr). Sujeitos no sumidouro: a experiência de criação e resistência do Jornal Boca de Rua. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, 38-44. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100006>.
- Passos, R. G. (2018). “Holocausto ou Navio Negroiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, v. 10, n. 3, 10-23. doi: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>.
- Paulon, S. M. (2005, dez). A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 3, 18-25. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000300003>.
- Pelbart, P. P. (1991). Manicômio Mental: a outra face da clausura. In Lancetti, A. *SaúdeLoucura* (n.º 2, pp. 129-138). São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Rolnik, S. (2018). *Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo, Brasil: N-1 edições.
- Rose, N. (2008, ago). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 155-164. Doi:
- <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200002>.
- _____. (2011). *Inventando Nossos Selves: Psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis-RJ, Brasil: Vozes.
- Safatle, V. (2020, 28 de abril). Bem-vindo ao Estado Suicidário. In *Pandemia Crítica, N-1 edições* [Blog]. Recuperado de <https://www.n-ledicoes.org/textos/23>.
- Silva, R. N. (2004). A Dobra Deleuziana: O mundo como potência de Invenção. In Fonseca, T. M. G. e Engelman, S. *Corpo, Arte e Clínica* (pp. 239-258). Porto Alegre: Sulina.
- Tykanori, R. (2010). Contratualidade e Reabilitação Psicossocial. In Pitta, A. M. F. (Org). *Reabilitação Psicossocial no Brasil* (3ª ed., pp. 55-59). São Paulo, Brasil: Hucitec.
-
- Moisés José de Melo Alves. Professor de Psicologia no Centro Universitário FADERGS – Ânima Educação. Doutorando em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI-UFRGS).
ORCID: 0000-0002-9413-029X
E-mail: moser.018@gmail.com
- Luis Artur Costa. Professor do Departamento e do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.
ORCID: 0000-0001-6110-7512
E-mail: larturcosta@gmail.com
-
- Submetido em:** 28/04/2022
1ª Rodada: 29/06/2022
Aceito em: 04/08/2023
-
- Contribuição dos(as) autores(as)**
- Conceitualização: M.J.M.A.; L.A.C.
Redação do manuscrito: M.J.M.A.; L.A.C.

Análise dos dados: M.J.M.A.; L.A.C.
Revisão e edição: M.J.M.A.; L.A.C.